

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2022

ASSOCIAÇÃO PRÓ SAÚDE DE CLEVELÂNDIA

CNPJ/MF 25.066.410/0001-66

Aos 10 de março de 2022, na sede da Associação Pró Saúde de Clevelândia na Rua São Sebastião, 483, Sala 02, bairro São Sebastião, em Clevelândia, Paraná, CEP 85.530-000, e por meio de videoconferência conforme link informado no Edital de Convocação, em primeira chamada às 17:00 horas, e em segunda após às 18:00 horas reuniram-se os sócios da Associação Pró Saúde de Clevelândia, em atendimento Edital de Convocação para a 2ª assembleia geral extraordinária do ano de 2022. Na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Superior da Associação o Vice-Presidente Sr. Fernando Misato saúda a todos os presentes, sócios e não sócios, nomeando para secretariar os trabalhos a Sra. Diogenes Beatriz Falavigna, 1ª Secretária do Conselho Superior. O Sr. Presidente em exercício, conclamando todos passou a condução dos trabalhos ao Assessor Jurídico da Associação Pró Saúde de Clevelândia, Dr. Carlos Alexandre Lorga, OAB/PR nº 31.119. O Assessor Jurídico fez a leitura do ato convocatório que traz a seguinte pauta: a) *leitura e aprovação da ata anterior*; b) *comunicação de retirada de associados e desligamento de membros com cargos na Associação*; c) *deliberação sobre o ingresso de novos sócios interessados em integrar a Associação*; d) *discussão e aprovação do novo Estatuto da entidade que passará a contar com novo organograma de Governança e a adotar a denominação social de PRÓ-VITTA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE*; e) *aprovação, convalidação e ratificação de aportes financeiros tomados pela Associação (empréstimos) e autorizados pela Presidência para fazer frente às obrigações da entidade*; f) *Outros assuntos de interesse geral*. Abordando o **item (a)** considerando que a todos os sócios efetivos com direito a voto, nos termos do estatuto, foi dado prévio conhecimento da ata anterior e não havendo qualquer manifestação em contrário e correções, restou ratificada e aprovada integralmente a ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária da Associação por unanimidade dos sócios. **Item (b)** da pauta: Foi comunicada a renúncia e retirada dos seguintes sócios e respectivos cargos: Edilson Teixeira Demétrio (PRESIDENTE), Cristiane Saraiva Lima Gois (2º SECRETÁRIO), Vanessa Moreira (1º TESOUREIRO), Eliane Regina Kaseker (2º TESOUREIRO), Carla Patricia de Melo Dahmer (CONSELHO FISCAL), Eduardo Mesquita Nabarro (CONSELHO FISCAL), Silvania de Oliveira (CONSELHO FISCAL - SUPLENTE). As respectivas renúncias ocorreram em caráter irrevogável e irretratável, desobrigando-se os ex-sócios ora nominados na data das respectivas renúncias. **Item (c)** da pauta: Foram nominados os interessados a ingressar na qualidade de sócios efetivos da entidade. Conferida documentação, não havendo impedimento e estando aptos os interessados, os sócios efetivos presentes a esta assembleia deliberaram pela aprovação do ingresso dos novos sócios: (1) Jacqueline Chechelski Andrade – Nasc: 29/09/1984 – CPF 042.242.019-09 – RG 8089143-1 SESP-PR – Solteira – Administradora – End: Rua Antenor Gonçalves Franco, 218 – Bairro: Taboão – Curitiba/PR – CEP 82.130-480, email: jacque_and@hotmail.com; (2) Julia Marcele Cruzsetta – Nasc: 29/07/1999 – CPF 111.903.849-90 – RG 11.036.284-6 SESP-PR – Solteira – Tecnóloga em Radiologia/digitadora – End: Rua Constante Moro Sobrinho, 350 – Bairro Jardim Suíça – São José dos Pinhais/PR – CEP 83.085-300 – email: juliamarcelecruzsetta@hotmail.com; (3) Daiane Scorsin – Nasc: 26/10/1987 – CPF

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Diogenes, Misato, and others.]

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2023

REGISTRADORA INTERINA DO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Por 10 de março de 2023, às 14h30, reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Registros Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de discutir e aprovar o Plano de Trabalho para o ano de 2023. A reunião foi realizada no auditório da Associação, localizada na Rua 15 de Novembro, nº 1.000, em Campo Grande, MS.

A reunião foi presidida pelo Sr. [nome], Presidente da Associação, e teve como Secretário o Sr. [nome]. Participaram da reunião todos os membros do Conselho Administrativo e os membros do Conselho Fiscal.

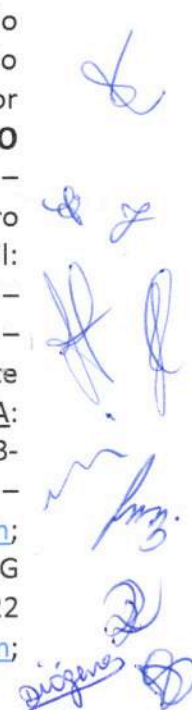
Foram discutidos e aprovados os seguintes pontos:

- 1. Apreciação do Relatório de Gestão 2022: O Conselho Administrativo aprovou o Relatório de Gestão 2022, elaborado pelo Sr. [nome], Presidente da Associação.
- 2. Apreciação do Relatório Financeiro 2022: O Conselho Administrativo aprovou o Relatório Financeiro 2022, elaborado pelo Sr. [nome], Presidente do Conselho Fiscal.
- 3. Apreciação do Plano de Trabalho 2023: O Conselho Administrativo aprovou o Plano de Trabalho 2023, elaborado pelo Sr. [nome], Presidente da Associação.
- 4. Apreciação do Orçamento 2023: O Conselho Administrativo aprovou o Orçamento 2023, elaborado pelo Sr. [nome], Presidente da Associação.
- 5. Apreciação do Regulamento Interno: O Conselho Administrativo aprovou o Regulamento Interno, elaborado pelo Sr. [nome], Presidente da Associação.

Encerrada a reunião às 16h30, com a assinatura dos presentes.

34.099.784/0001-79
ALAIDES REY DO AMARAL
Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

48 009.548.959-24 – RG 9.161.735-8 – SESP PR – União Estável – Design Gráfica – End: Rua
49 Rui Barbosa, 10 – Apto 121 – Bairro Tanguá - Almirante Tamandaré/PR – CEP 83.508-
50 030, email: scorsin.sarahh@gmail.com; (4) Luciane Pereira – Nasc: 30/04/1976 – CPF
51 018.789.049-81 – RG 6.344.067-1 – SESP PR – Casada – Técnica de Enfermagem – End:
52 Rua Padre Angelo Bortolini, nº 242 – Bairro Cruzeiro – São José dos Pinhais/PR – CEP
53 83.010-430, email: achar.luciane@hotmail.com. Os novos sócios passam a gozar de
54 todos os direitos estabelecidos pelo estatuto da entidade e todos ratificaram cumprir e
55 fazer cumprir os deveres e obrigações nos termos do estatuto da entidade. **Item (d)** da
56 pauta: Com o objetivo de dar maior efetividade à estrutura de governança da entidade
57 e lhe permitir adequar a nova realidade e propostas futuras de desenvolvimento e
58 ampliação dos objetivos da associação, situação já debatida na assembleia anterior, foi
59 apresentado e discutido o novo estatuto da Associação Pró Saúde de Clevelândia, com
60 destaque ao novo organograma de governança da Associação que passará a contar com
61 as seguintes estruturas e cargos: CONSELHO SUPERIOR: PRESIDENTE; VICE-PRESIDENTE;
62 SECRETÁRIO; TESOUREIRO; CONSELHO DELIBERATIVO: 1º CONSELHEIRO; 2º
63 CONSELHEIRO; 3º CONSELHEIRO; CONSELHO FISCAL: 1º CONSELHEIRO; 2º
64 CONSELHEIRO; 3º CONSELHEIRO. Também a entidade passará a ter abrangência em
65 todo o território nacional para a consecução de seus objetivos estatutários. A entidade
66 passará a adotar como título de estabelecimento o nome fantasia: PRÓ-VITTA
67 ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE. Acrescenta-se às
68 atividades da entidade a prestação de serviços de diagnóstico e exames de imagem.
69 Aberta discussão foi aprovado, por unanimidade dos sócios, o novo estatuto da
70 Associação Pró Saúde de Clevelândia, que fará parte integrante desta ata para fins do
71 competente registro. **Item (e)** da pauta: deliberam os sócios que todos os aportes
72 financeiros tomados durante a vigência do mandato do Ex-Presidente e ex-sócio Sr.
73 Edilson Teixeira Demétrio foram necessários para o equilíbrio econômico da associação,
74 especialmente para fazer frente a obrigações financeiras da entidade. Isso posto
75 deliberam os sócios pela convalidação e ratificação dos aportes financeiros tomados
76 conforme instrumentos particulares celebrados durante a vigência do mandato do Ex-
77 Presidente Sr. Edilson Teixeira Demétrio, vez que todos atenderam exclusivamente os
78 interesses da entidade. **Item (f)** da pauta: Passando aos assuntos gerais, e por força do
79 novo estatuto da entidade faz-se necessária nova composição dos cargos do
80 organograma da entidade com mandato até 30/11/2023. Aberta a discussão, por
81 aclamação, tomam posse nesta data os sócios e seus respectivos cargos: **CONSELHO**
82 **SUPERIOR**: PRESIDENTE: Fernando Misato – Nasc: 20/03/1967 – CPF 632.250.699-49 –
83 RG 3.956.792-0 - SESP PR – Administrador – End: Avenida Manoel Ribas, 2420 – Bairro
84 Vista Alegre – Curitiba/PR – CEP 80.810-345, email:
85 fernando.misato@bridgeone.com.br; VICE PRESIDENTE: José Moraes Zaleski Filho –
86 Nasc: 30/11/1975 – CPF 016.555.139-90 – RG 5.147.783-9 – SESP PR – União Estável –
87 Publicitário – End: Rua Rui Barbosa, nº 10 – Apto 121 – Bairro Tanguá – Almirante
88 Tamandaré/PR – CEP 83508-030, email: zaleski@thebetscom.com; SECRETARIA:
89 Jacqueline Chechelski Andrade – Nasc: 29/09/1984 – CPF 042.242.019-09 – RG 8089143-
90 1 SESP-PR – Solteira – Administradora – End: Rua Antenor Gonçalves Franco, 218 –
91 Bairro Taboão – Curitiba/PR – CEP 82.130-480, email: jacque_and@hotmail.com;
92 TESOUREIRA: Vilma Cléia Chechelski – Nasc: 08/05/1963 – CPF 404.983.019-15 – RG
93 3.486.464-0 SESP-PR – Casada – Empresaria – End: Rua Fernando Simas, 692 – Apto 22
94 – Bairro Bigorrilho – Curitiba/PR – CEP 80.430-190, email: vilma.cleia@gmail.com;



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

95 **CONSELHO DELIBERATIVO:** 1º CONSELHEIRO: Julia Marcele Cruzetta – Nasc:
96 29/07/1999 – CPF 111.903.849-90 – RG 11.036.284-6 SESP-PR – Solteira – Tecnóloga em
97 Radiologia/digitadora – End: Rua Constante Moro Sobrinho, 350 – Bairro Jardim Suíça –
98 São José dos Pinhais /PR – CEP 83.085-300 – email: juliamarcelecruzzetta@hotmail.com;
99 2º CONSELHEIRO: Daiane Scorsin – Nasc: 26/10/1987 – CPF 009.548.959-24 – RG
100 9.161.735-8 – SESP PR – União Estável – Design Gráfica – End: Rua Rui Barbosa, 10 –
101 Apto 121 – Bairro Tanguá - Almirante Tamandaré/PR – CEP 83.508-030, email:
102 scorsin.sarahh@gmail.com; 3º CONSELHEIRO: Luciane Pereira – Nasc: 30/04/1976 – CPF
103 018.789.049-81 – RG 6.344.067-1 – SESP PR – Casada – Técnica de Enfermagem – End:
104 Rua Padre Angelo Bortolini, nº 242 – Bairro Cruzeiro – São José dos Pinhais/PR – CEP
105 83.010-430, email: achar.luciane@hotmail.com; **CONSELHO FISCAL: MEMBROS**
106 **EFETIVOS:** 1º CONSELHEIRO: Jessica Harumi Dallagrana Salva – Nasc: 04/10/1990 – CPF
107 053.251.249-94 – RG 9.124.844-1 – SESP PR – Casada – Advogada – End: Rua Caete, 43
108 – Bairro Prado Velho - Curitiba/PR – CEP 80.220-300 - email:
109 jessica_dallagrana@hotmail.com; 2º CONSELHEIRO: Diogenes Beatriz Falavigna – Nasc:
110 08/08/1974 – CPF 995.697.690-15 – RG 7.647.932-1 SESP-PR – Solteira – Administradora
111 – End: Avenida Nossa Senhora da Luz, 220 – Centro – Clevelândia/PR – CEP 85.530-000
112 – email: diogenesfalavigna@hotmail.com; 3º CONSELHEIRO: Sonia Mara Cipriani Misato
113 – Nasc: 23/02/1972 – CPF 693.000.629-72 – RG 10.127.245-1 – SESP PR – Casada –
114 Administradora – End: Rua Manoel Ribas, 2420 – Apto 31T – Curitiba/PR – CEP 80.810-
115 345, email: sonia.cipriani@bridgeone.com.br; Para os devidos fins de registro
116 transcreve-se para esta ata o novo Estatuto da Associação Pró Saúde de Clevelândia:

117 **ESTATUTO SOCIAL**

118 **ASSOCIAÇÃO PRÓ SAÚDE DE CLEVELÂNDIA**

119 Nome Fantasia: *PRÓ-VITTA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE*
120 DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADES.

121 Art. 1º – A Associação Pró Saúde de Clevelândia, e que adota como título de
122 estabelecimento o nome fantasia: PRÓ-VITTA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE
123 ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE e neste Estatuto com a denominação, simplesmente, PRÓ-
124 VITTA, tem sua Sede Administrativa situada na Rua São Sebastião, 483, Sala 02, bairro
125 São Sebastião, em Clevelândia, Paraná, CEP 85.530-000, onde tem sede e foro. A PRÓ -
126 VITTA é uma associação civil de direito privado (art. 53 do Código Civil), sem fins
127 lucrativos, de caráter filantrópico e beneficente de assistência social, de saúde e
128 educacional, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade:
129 I – Prestar assistência à saúde, em nível ambulatorial e hospitalar, inclusive diagnóstico
130 e exames de qualquer natureza a quantos buscarem seus serviços, sem qualquer
131 distinção;

132 II – Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde;

133 III – Proporcionar educação e orientação sanitária a comunidade, meios para pesquisa e
134 investigação científica e a reabilitação do paciente, dentro das possibilidades;

135 IV – Desenvolver atividades educacionais na área da saúde, podendo para tanto, fundar
136 e manter escolas e cursos;

137 V – Atuar, como um dos canais de expressão das necessidades e problemas de saúde da
138 comunidade, junto aos demais serviços locais de saúde;

139 VI – Participar com os demais órgãos da definição da política e dos planos de saúde para
140 a comunidade;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Diogenes" and "hm3".

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

141 VII – Prover condições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades
142 hospitalares e da formação profissional de seus funcionários e colaboradores.

143 § 1º A PRÓ - VITTA prestará assistência gratuita aos reconhecidamente carentes, de
144 acordo com suas possibilidades e dentro das proporções estabelecidas na legislação em
145 vigor.

146 § 2º Dentro de suas especialidades, a PRÓ - VITTA poderá firmar convênios ou contratos
147 para prestação de serviços de assistência social, à saúde e educacional.

148 § 2º A PRÓ-VITTA desempenhará suas atividades em todo o território nacional.

149 CAPÍTULO II

150 Dos sócios

151 Art. 2º - Os membros da PRÓ - VITTA são denominados sócios e pertencem as seguintes
152 categorias:

153 I – Sócios Fundadores.

154 II – Sócios Efetivos – São os que já foram e que vierem a ser admitidos como tais, pelo
155 conselho Superior, “ad referendum” da Assembleia Geral.

156 III – Sócios Beneméritos – São os que, mediante deliberação da Assembleia Geral, assim
157 forem considerados, por terem contribuído com relevantes serviços ou recursos
158 financeiros para o desenvolvimento da Instituição ou suas atividades.

159 IV – Sócios Honorários – São os que, mediante deliberação da Assembleia Geral, assim
160 forem considerados, por terem prestado relevantes serviços a PRÓ - VITTA, sendo
161 considerados como tais, os fundadores e os que exercem a Presidência da PRÓ - VITTA.

162 Art. 3º - Os sócios não respondem, nem solidária e nem subsidiariamente pelos atos e
163 obrigações da instituição.

164 § Único – Não há, entre os sócios, direitos e obrigações recíprocas.

165 Art. 4º - Os sócios de qualquer categoria, não recebem remuneração, vantagem ou
166 benefícios, por qualquer forma ou título.

167 Seção I

168 Da admissão e Eliminação de sócios

169 Art. 5º - A admissão a categoria de sócio efetivo far-se-á por deliberação do Conselho
170 Superior, mediante aprovação da maioria simples de seus membros, presentes na
171 Assembleia.

172 § único- A admissão a categoria de Sócio Efetivo, deverá ser precedida por proposta
173 encaminhada ao Conselho Superior, assinada por (dois) sócios fundadores e ou efetivos,
174 admitidos a mais de um ano.

175 Art. 6º - A admissão, as categorias de sócio benemérito e sócio honorário, far-se-á por
176 deliberação da Assembleia Geral, mediante aprovação, pela maioria simples dos Sócios
177 Fundadores e Efetivos com direito a voto, presentes a Assembleia.

178 § Único - A admissão a categoria de Sócio Benemérito e Sócio Honorário, far-se-á por
179 proposta encaminhada a Assembleia Geral pelo Conselho Superior ou assinada por 1/3
180 (um terço) dos sócios fundadores efetivos com direito a voto.

181 Art. 7º - Serão eliminados da PRÓ - VITTA os Sócios que:

182 I – requererem sua eliminação, por escrito ao Conselho Superior;

183 II – sem justo motivo, recusarem ou abandonarem o cargo para qual tiverem sido
184 eleitos;

185 III – que, por má fé, ou negligência comprovada, causarem prejuízo;

186 IV – forem condenados por crime, em sentença passada em julgado;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Diogenes" and the number "2".

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

V – sem justificativa aceita pelo Conselho Superior faltarem a três Assembleias Gerais consecutivas;

VI – que a juízo do Conselho Superior, retificado pela Assembleia, infringirem os princípios e normas da PRÓ - VITTA.

§ 1º - Os Sócios eliminados, de acordo com o presente artigo, não terão direitos ao reembolso de qualquer importância ou valores entregues ou doados para a PRÓ - VITTA.

§ 2º - O Conselho Superior comunicará, através de ofício ao sócio sua eliminação, podendo este efeito suspensivo a primeira Assembleia Geral.

Seção II

Dos Direitos e Deveres dos sócios

Art. 8º - São direitos dos Sócios, desde que, em dia com suas obrigações estatutárias:

I – participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

II – votar e ser votado para qualquer cargo de direção, desde que o Sócio tenha completado um ano de admissão Instituição;

III - tomar parte nas discussões e votações nas Assembleias Gerais e em todas as reuniões de Comissões e Conselhos dos quais vier a fazer parte;

IV – propor a admissão de novos Sócios, de acordo com as normas estabelecidas neste Estatuto;

V – requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, desde que o requerimento venha subscrito, por 1/3 (um terço) no mínimo dos Sócios;

VI – recorrer ao Conselho Superior de decisões do Presidente, e a Assembleia Geral de decisões do Conselho Superior e do Conselho Fiscal.

Parágrafo único – o prazo para recurso é de 15 (quinze) dias a contar da data da intimação ou publicação do ato;

VII – participar de reuniões do Conselho Superior, quando for convidado;

VIII – apresentar por escrito ao Conselho Superior e ao Presidente, reclamações sobre irregularidades da PRÓ - VITTA que sejam do seu conhecimento.

Art. 9º - São deveres dos sócios:

I – conhecer e cumprir o presente Estatuto e as deliberações das Assembleias:

II – pagar pontualmente as contribuições que venham a ser fixadas em Assembleia Geral;

III – colaborar na expansão e aperfeiçoamento das atividades da PRÓ - VITTA;

IV – comparecer as Assembleias Gerais e as Reuniões dos Órgãos que venham fazer parte e justificando, quando for o caso, o seu não comparecimento;

V – zelar pelo bom nome da PRÓ - VITTA.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS COMPETENCIAS

Art. 10º - A PRÓ - VITTA será administrada pelos órgãos seguintes:

I – Assembleia Geral dos Sócios

II – Conselho Superior

III – Conselho Deliberativo

IV – Conselho Fiscal

§ 1º Os membros dos órgãos administrativos, estabelecido neste artigo, não receberão ordenados, salários, gratificações, vencimentos nem vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, como retribuição pelos serviços prestados no exercício de seus cargos.



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do

Registro Civil das Pessoas Naturais

Registro de Títulos, Documentos e

Civil de Pessoas Jurídicas

Comarca de Clevelândia/PR

233 § 2º Nenhum dos profissionais que atuam na PRÓ - VITTA ou nos estabelecimentos por
234 ela mantidos, mediante remuneração com ou sem vínculo empregatício, ou que dela se
235 utilizam para receber remuneração de outra fonte, poderão fazer parte da Diretoria,
236 conselhos ou outro órgão de deliberação da entidade.

237 Seção I

238 Da Assembleia Geral

239 Art. 11º - A Assembleia Geral, órgão soberano da PRÓ - VITTA, de caráter deliberativo,
240 constituída pela totalidade de seus sócios, em pleno gozo de seus direitos, bem como
241 pelos membros componentes do Conselho Deliberativo, compete:

242 I – reformar e aprovar o presente Estatuto, desde que convocada especificamente para
243 tal fim;

244 II – eleger e empossar o Conselho Superior, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;

245 III – conferir títulos de Sócio Benemérito, ou Honorário;

246 IV – referendar a admissão e a exclusão de Sócios Efetivos, feitas pelo Conselho Superior;

247 V – aprovar a taxa de contribuição dos Sócios Efetivos, proposta pelo Conselho Superior;

248 VI – discutir e aprovar o Plano Anual de Trabalho da Instituição, elaborado pelo Conselho
249 Superior;

250 VII – apreciar e aprovar o Balanço Financeiro e Patrimonial Anual, após o parecer do
251 Conselho Fiscal;

252 VIII – ratificar ou não as decisões do Conselho Superior;

253 IX – julgar e deliberar sobre questões omissas neste Estatuto;

254 X – decidir sobre recursos interpostos sobre decisões do Conselho Superior e do
255 Conselho Fiscal;

256 XI – destituir o Conselho Superior, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, no todo
257 ou em parte, quando esta medida for considerada útil a instituição;

258 XII – autorizar o Conselho Superior a contrair empréstimos, transigir, renunciar direitos,
259 alienar, hipotecar ou empenhar bens imóveis da PRÓ - VITTA que excedam a
260 importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) corrigidos anualmente de acordo com o
261 índice oficial da inflação do Governo Federal, ou de outro índice oficial correspondente
262 que o vier a substituir, se extinto for, mediante parecer prévio do Conselho Deliberativo;

263 XIII – dissolver a Instituição na forma do art. 61º deste Estatuto.

264 Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os itens I e XI é exigido o voto
265 concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada
266 para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria
267 absoluta dos associados, ou com qualquer número nas convocações seguintes.

268 Art. 12º - A Assembleia se reunirá, ordinariamente:

269 I – duas vezes por ano, sendo a primeira, preferencialmente, no dia 1º (primeiro) de abril
270 para apreciação das contas do Conselho Superior e para análise e aprovação do Balanço
271 e relatório de atividades relativas ao exercício anterior e, a segunda, durante o mês de
272 outubro, para análise e aprovação do orçamento-programa e o Plano de Trabalho a ser
273 desenvolvido no exercício posterior, bem como deliberar sobre programas e problemas
274 propostos pelo Conselho Superior;

275 II – bianualmente, no mês de outubro, após deliberar sobre o disposto no item I deste
276 artigo, para eleição e posse do Conselho Superior e do Conselho Fiscal.

277 Art. 13º - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que for
278 necessário, convocada pelo Presidente do Conselho Superior por iniciativa própria ou a
279 partir da decisão da maioria simples dos membros do Conselho Superior, ou mediante

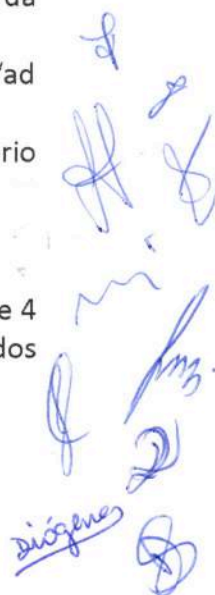


34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

280 solicitação subscrita por 1\5 (um quinto), no mínimo dos Sócios com direito a voto, ou
281 nos termos do inciso IX do art. 31º ou do parágrafo único do art. 38º, deste Estatuto.
282 § 1º A solicitação deverá ser dirigida ao Presidente do Conselho Superior, que dentro de
283 15 (quinze) dias da data de seu recebimento convocará a Assembleia;
284 § 2º Se a Assembleia não for convocada dentro do prazo estipulado no parágrafo
285 primeiro deste artigo, pelo Presidente, um dos signatários da solicitação, escolhido pelos
286 demais, uma vez preenchidas as formalidades estatutárias, convocará diretamente a
287 Assembleia Geral Extraordinária.
288 Art. 14º - A Assembleia Geral será convocada por meio de editais publicados na
289 imprensa local, ou mediante comunicação pessoal e escritas aos sócios, num e outro
290 caso com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
291 Parágrafo único - No edital de convocação deverá constar, local, data, hora e a ordem
292 do dia.
293 Art. 15º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho
294 Superior ou em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-presidente, em primeira
295 convocação, com a presença mínima de 2\3 (dois terços) dos sócios, com direito a voto,
296 ou qualquer número nas convocações seguintes.
297 §1º Na ausência ou impedimento do Vice-presidente, a Assembleia será instalada e
298 presidida pelo secretário, ou na falta deste, por Sócio Presidente, aclamado pela
299 Assembleia.
300 §2º A Assembleia Geral, ressalvado o disposto nos art. 11º, XIII e 61 deliberará com a
301 maioria simples de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade.
302 §3º Não votarão, embora possam tomar parte na discussão, os sócios que tenham
303 interesse pessoal no assunto discutido;
304 §4º Poderão participar da Assembleia, embora sem direito a voto, também os Sócios
305 Beneméritos e Honorários.
306 §5º Os votos deverão ser secretos, pessoais, não se admitindo o voto por procuração.
307 Art. 16º - A Assembleia Geral poderá resolver e decidir qualquer questão a ela
308 submetida, desde que conste expressamente da ordem do dia, estabelecida em edital e
309 que encontre respaldo na lei, no Estatuto, na ordem pública, na moral, nos bons
310 costumes e que seja concernente as atividades e aos fins sociais.
311 Art. 17º - Haverá um livro destinado ao registro das presenças dos Sócios, e outro
312 destinado ao registro das atas das Assembleias Gerais, rubricadas pelo Presidente da
313 Assembleia, com termos de abertura e encerramento.
314 § 1º As atas serão lavradas por um dos Secretários da Instituição ou por secretário "ad
315 hoc" indicado pelo Presidente da Assembleia.
316 § 2º Os Sócios presentes a Assembleia assinaram o livro de presença ou lado do próprio
317 nome, escrito de forma legível.
318 Seção II
319 Do Conselho Superior
320 Art. 18º - O Conselho Superior, órgão de administração de PRÓ - VITTA, composto de 4
321 (quatro) membros, todos efetivos e eleitos por Assembleia Geral, é constituído dos
322 seguintes cargos:
323 I – Presidente;
324 II - Vice-Presidente;
325 III – Secretário;
326 IV - Tesoureiro.



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

327 Art. 19º - O mandato dos membros do Conselho Superior será de 02 (dois) anos,
328 podendo os mesmos serem reeleitos.
329 Art. 20º - Compete ao Conselho Superior:
330 I – administrar a PRÓ - VITTA e seu patrimônio e providenciar os recursos necessários
331 para a realização de seus objetivos sociais;
332 II – aprovar os regimentos internos dos vários serviços configurados na estrutura
333 organizacional da PRÓ - VITTA e possíveis colaboradores parceiros e ou, convênios;
334 III – cumprir e fazer cumprir a Instituição, o regulamento da PRÓ - VITTA, suas próprias
335 decisões e as da Assembleia Geral;
336 IV – admitir e demitir o Diretor Técnico e demais diretores de unidades hospitalares a
337 que vier ser mantenedora;
338 V – escolher e nomear o diretor e o vice-diretor clínico de unidades hospitalares a que
339 vier ser mantenedora a partir de uma lista de médicos apresentada pelo corpo-clínico,
340 bem como demiti-los sempre que haja conveniência aos interesses da PRÓ - VITTA;
341 VI – definir o quadro de funcionários das unidades hospitalares a que vier ser
342 mantenedora, por cargo e por setor;
343 VII – criar cargos, nomear seus titulares e definir suas competências;
344 VIII – criar, reduzir, ampliar ou extinguir serviços de conformidades com a demanda,
345 com as necessidades das unidades hospitalares a que vier ser mantenedora e com a
346 situação financeira da PRÓ - VITTA;
347 IX – definir as políticas administrativas, econômica, social, de recursos humanos e outras
348 das unidades hospitalares a que vier ser mantenedora;
349 X – elaborar o plano de trabalho e a previsão orçamentária de cada exercício e submete-
350 los a aprovação da Assembleia;
351 XI – autorizar a quem de direito as despesas ordinárias e a referente a obras de
352 melhoramento;
353 XII – encaminhar a Assembleia Geral as questões que, a seu juízo ou por força deste
354 estatuto, devem ser submetidas a mesma;
355 XIII – encaminhar a Assembleia Geral superveniente aos pedidos formulados, as
356 propostas de admissão de novos Sócios Beneméritos ou Honorários, bem como as
357 aprovadas, em Reunião do Conselho Superior de conformidade com o parágrafo único
358 do art. 6º deste Estatuto;
359 XIV - decidir sobre a admissão e exclusão de Sócios Efetivos, “ad referendum” da
360 Assembleia Geral;
361 XV – apresentar anualmente a Assembleia Geral o balanço e o relatório de atividade da
362 Instituição;
363 XVI – dar execução aos dispositivos deste Estatuto e interpretar pela melhor forma, os
364 casos omissos;
365 XVII – criar e\ ou destituir Comissões de Trabalho, “ad referendum” da Assembleia
366 Geral;
367 XVIII – admitir e demitir profissionais de saúde que integre os seus quadros;
368 XIX – prover até a primeira Assembleia Geral as vagas, no Conselho Superior, Conselho
369 Fiscal, convocando os suplentes pela ordem de votação;
370 XX – fixar a taxa de contribuição dos sócios efetivos “ad referendum” da Assembleia
371 Geral;
372 XXI – indicar os nomes de 03 (três) Sócios para compor o Conselho Deliberativo da PRÓ
373 - VITTA;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Diógenes" and the number "2"]

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Registro de Pessoas Jurídicas
Cidade de Clevelândia/PR

374 XXII – levar o registro junto ao cartório de títulos e documentos da cidade, o inventário
375 anual e suas alterações procedias pelo Conselho Superior;
376 Parágrafo Único – Os Diretores do inciso IV, são cargos com status de Diretor de eventual
377 unidade hospitalar a que a PRÓ - VITTA vier a ser mantenedor, não pertencendo ao
378 Conselho Superior, podendo participar das reuniões desde que convocados pelo
379 Presidente ou Conselho Superior.
380 Art. 21º - O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, no 1ª sexta-feira de cada
381 mês e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou de 2 (dois) Conselheiros
382 ou ainda, por 2\3 (dois terços) do Conselho Fiscal, como também pela solicitação da
383 maioria dos membros do Conselho Deliberativo, através de pedido endereçado ao
384 Presidente, contendo exposição de motivos que justifique a referida convocação.
385 § 1º Poderão ser convidados periodicamente, a participar das reuniões, o Diretor
386 Administrativo, o Diretor Clínico e demais Diretores das unidades hospitalares a que a
387 PRÓ - VITTA vier ser mantenedor, para analisar os problemas e encaminhar soluções.
388 § 2º Deverão ser convidados, uma vez por ano, os membros do Conselho Fiscal para
389 receber o seu parecer sobre as contas da Instituição que forem apresentadas a
390 Assembleia Geral para aprovação.
391 § 3º O Conselho Superior só poderá deliberar com a presença de metade mais um de
392 seus membros.
393 § 4º Fica impedido de votar o membro do Conselho Superior que tiver envolvimento ou
394 interesse no assunto em debate.
395 § 5º O Conselho Superior deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao
396 presidente, além do voto comum, o voto de desempate.
397 § 6º Das reuniões do Conselho Superior, serão lavradas atas, em livros destinados
398 exclusivamente a esse fim, e serão assinados por todos os membros do Conselho
399 Superior, presentes na reunião.
400 Art. 22º O Conselho Superior, em reunião, tem poderes amplos e suficiente para praticar
401 os atos de administração e resolver sobre o que diz respeito aos interesses da
402 Instituição, sendo válidos todos os seus atos, ressalvado o disposto no artigo 13 (treze)
403 deste Estatuto.
404 § 1º Das decisões do Conselho Superior, cabe recurso a Assembleia Geral;
405 § 2º Os membros do Conselho Superior não interferirão direta e isoladamente na
406 administração das unidades hospitalares a que vier ser mantenedora que será
407 administrada por diretores admitidos e nomeados conforme disposto no art. 20, IV e V
408 deste Estatuto.
409 Art. 23º - Ao Presidente do Conselho Superior compete:
410 I – representar a Instituição, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em suas
411 relações com terceiros, podendo delegar poderes e constituir advogados e mandatários,
412 quando necessário;
413 II – convocar e presidir as Assembleias Gerais e as Reuniões do Conselho Superior;
414 III – contrair empréstimo, transigir, renunciar direitos, alienar, hipotecar ou empenhar
415 bens imóveis, em nome do Conselho Superior e com autorização da Assembleia Geral,
416 conforme art. 11. XII deste Estatuto;
417 IV – assinar cheques com o Tesoureiro, bem como documentos e contratos que
418 importem em ônus para a Instituição;
419 V – assinar com o Secretário, os diplomas dos Sócios e todas as correspondências da
420 PRÓ - VITTA;

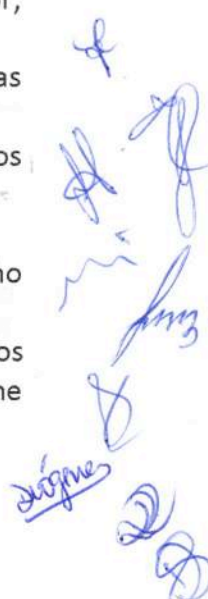
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Sócios" and the number "2"]

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

421 VI – cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações do Conselho Superior, do
422 Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral;
423 VII – abrir, encerrar e rubricar os livros da PRÓ - VITTA, exceto os de ata do Conselho
424 Deliberativo, bem como contratar contador registrado para a feitura da escrita contábil
425 regular da PRÓ - VITTA;
426 VIII – autorizar o pagamento de despesas e contas da PRÓ - VITTA;
427 IX – dar o voto de qualidade, e, caso de empate;
428 X – delegar a quem de direito, através de procuração, plenos poderes para o
429 desempenho eficaz de todas as atividades pertinentes e necessárias a administração da
430 Instituição;
431 XI – controlar e supervisionar a execução dos planos e programas aprovados, mediante
432 avaliação, sendo necessário, decidir sobre os ajustes, visando seu cumprimento
433 oportuno;
434 XII – implantar uma filosofia de trabalho capaz de gerar resultados positivos e analisar
435 periodicamente, com os demais membros do Conselho Superior, os resultados
436 alcançados com a política adotada e os planos aprovados;
437 XIII – controlar e supervisionar as atividades dos Diretores ou Assessores, através de
438 Reuniões, relatórios ou contatos diretos;
439 XIV – empenhar-se, junto com os diretores da unidade hospitalar a que vier ser
440 mantenedora parceiros, para atingir índices competitivos de qualidade e produtividade
441 dos serviços prestados;
442 XV – determinar o cumprimento de normas e preceitos legais que regem o tipo de
443 Entidade Civil de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, de caráter beneficente,
444 assistencial e filantrópico em que se enquadra a Instituição, bem como a observância de
445 leis fiscais, tributárias ou trabalhistas;
446 XVI – apresentar anualmente a Assembleia Geral, em nome do Conselho Superior, o
447 relatório de atividades de exercício anterior, bem como o plano de trabalho e a previsão
448 orçamentaria para o exercício posterior.
449 Art. 24º - Ao Vice-presidente compete:
450 I – auxiliar o Presidente no exercício de suas funções:
451 II – desempenhar as tarefas que lhe forem oficialmente delegadas pelo Presidente;
452 III – substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, investido de todas as
453 atribuições, direitos e deveres inerentes ao cargo.
454 Art. 25º - Ao Secretario compete:
455 I – secretariar e redigir as atas das Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho Superior;
456 II – escrever e expedir toda a correspondência oficial;
457 III – assinar, juntamente com o Presidente, as atas e as correspondências administrativas
458 da Instituição;
459 IV – ter em boa ordem sob sua guarda, na sede da Instituição, os livros e atas, registros
460 e arquivo geral;
461 V – apurar os votos das várias eleições realizadas;
462 VI – registrar em livro próprio os ofícios e demais documentos expedidos pelo Conselho
463 Superior ou pelo Presidente;
464 VII – lavrar no livro próprio, os termos de compromisso dos Sócios, expedir-lhes os
465 diplomas de admissão na Instituição e outros quaisquer documentos que lhe
466 pertençam;



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

467 VIII – assinar com o Presidente, os diplomas dos sócios efetivos, Beneméritos e
468 Honorários;
469 IX – substituir o Presidente, nos impedimentos ou ausências do Vice-presidente;
470 X – controlar a frequência dos sócios as reuniões e Assembleias Gerais;
471 XI – manter atualizado o cadastro dos membros da Instituição;
472 XII – providenciar todos os documentos solicitados pelo Conselho Superior;
473 XIII – apresentar a mesa da Assembleia Geral relação dos Sócios com direito a voto;
474 XIV – desempenhar funções afins e outras que lhe forem confiadas pelo Presidente.
475 Art. 26º - Ao Tesoureiro, compete:
476 I – supervisionar os serviços da tesouraria e da contabilidade da Instituição;
477 II – manter atualizado e em ordem o livro caixa e a contabilidade da Instituição;
478 III – assinar com o Presidente todos os documentos que importem em obrigações para
479 com a Instituição, como cheques, ordens de pagamento, cauções, inclusive as escrituras
480 públicas e particulares de alienação, aquisição e oneração de bens patrimoniais ou
481 direitos reais sobre imóveis, autorizadas pela Assembleia Geral;
482 IV – efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente, mediante recibo em livro
483 próprio firmado pela parte, ou seu legítimo representante;
484 V – preparar a prestação de contas e documentação necessária para o Conselho Fiscal e
485 a Assembleia Geral;
486 VI – submeter ao visto e a aprovação do presidente o Balancete da Receita e Despesa,
487 que será anexado ao relatório anual do Presidente;
488 VII – assinar com o contador e o presidente os balancetes anuais do patrimônio da
489 receita e despesa;
490 VIII – promover a cobrança dos alugueis dos bens imóveis, bem como receber donativos,
491 verbas ou legados feitos a Instituição;
492 IX – apresentar anualmente a Assembleia Geral, e, março, o balanço financeiro da
493 instituição, previamente aprovado pelo Conselho Fiscal;
494 X – elaborar rotinas referente ao fluxo e movimentação de valores da Instituição;
495 Parágrafo único – as atividades dos incisos II, IV e V deste artigo, poderão ser
496 desempenhadas pelo próprio contador da Instituição a critério do conselho superior.
497 Seção III
498 Do Conselho Deliberativo
499 Art. 27º - O Conselho Deliberativo é composto de 3 (três) membros integrantes do
500 quadro associativo da PRÓ - VITTA, que não sejam membros do Conselho Fiscal da
501 entidade, indicados pelo Conselho Superior, em Reunião especialmente convocada para
502 essa finalidade, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução de qualquer
503 desses indicados, por mais 2 (dois) mandatos consecutivos.
504 § 1º Se alguns dos membros do Conselho Deliberativo for eleito para o cargo do
505 Conselho Superior da PRÓ - VITTA, perderá ele e sua condição de membro do Conselho
506 Deliberativo.
507 § 2º A posse do Conselho Deliberativo se dará em Reunião do Conselho Superior,
508 especialmente convocada para esse fim.
509 § 3º O mandato do Conselho Deliberativo coincidir com o do Conselho Superior e do
510 Conselho Fiscal.
511 Art. 28º - O Conselho Deliberativo em sua primeira Reunião, presidida pelo mais velho
512 de seus membros, elegerá em escrutínio secreto entre seus pares: um Presidente, um
513 Vice-presidente, um Secretário.



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

514 Art. 29º - Compete ao Conselho Deliberativo:
515 I – referendar a administração e a aplicação, pelo Conselho Superior, de recursos para
516 finalidades específicas da entidade;
517 II – tomar conhecimento sobre matéria que envolva questão patrimonial;
518 III – aprovar a elaboração de projetos de construção, ampliação ou de modificação das
519 instalações da PRÓ - VITTA, de iniciativa do Conselho Superior, que devem atender as
520 prioridades estabelecidas no plano diretor de expansão e em especial, no plano
521 plurianual de obras e ação da PRÓ - VITTA;
522 IV – dar autorização final para a execução das obras de que trata o item V desde artigo;
523 V – autorizar a aquisição de moveis, maquinários, aparelhos, equipamentos ou de
524 quaisquer outros bens destinados a atividade da PRÓ - VITTA;
525 VI – decidir, em última instância, sobre a aceitação de doação ou legado feitos com
526 encargos;
527 VII – emitir parecer prévio sobre despesas ou empréstimos, para reverter em aquisição
528 de bens destinados a integrar o patrimônio imobilizado de valor superior prévio sobre
529 despesas ou empréstimos, para reverter em aquisição de bens destinados a integrar o
530 patrimônio imobilizado, para posterior apreciação da Assembleia Geral Extraordinária;
531 VIII – emitir parecer prévio, a vista de proposta de Conselho Superior, sobre alienação
532 ou oneração de bens imóveis de qualquer valor e de outros bens, para posterior
533 apreciação da Assembleia Geral;
534 IX – convocar Reunião Extraordinária do Conselho Superior, sempre que, por decisão da
535 maioria de seus membros, na hipótese de ocorrer assunto administrativo ou técnico-
536 profissional urgente, em que seja necessária a prática de ato administrativo imediato;
537 X – emitir parecer motivado, aprovando ou não, projeto elaborado pelo Conselho
538 Superior, que altere, retifique ou que, de qualquer forma, atinja o plano diretor de
539 expansão da PRÓ - VITTA, antes de submete-lo a apreciação final, em qualquer hipótese,
540 da Assembleia Geral Extraordinária;
541 XI – convocar Assembleia Geral Extraordinária, desde que, por decisão da maioria de
542 seus membros.
543 Art. 30º - Os membros do Conselho Deliberativo que não forem Sócios da PRÓ - VITTA,
544 embora tendo direito de discutir e votar matérias de sua competência ou de interesse
545 da PRÓ - VITTA, nas Assembleias Gerais realizadas, não terão direito de votar e serem
546 votados para nenhum cargo do Conselho Superior.
547 Art. 31º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á em caráter extraordinário
548 semestralmente, toda segunda sexta-feira do respectivo mês e, em caráter
549 extraordinário, quando convocado por seu Presidente, pela maioria de seus membros,
550 por 2/3 (dois terços) do Conselho Fiscal ou pela Presidência do Conselho Superior,
551 sempre que necessário, inclusive para eleger sua mesa diretiva conforme o disposto no
552 artigo 30 deste Estatuto.
553 § 1º O Conselho Deliberativo só poderá deliberar com a presença da maioria de seus
554 membros em primeira convocação, devendo fazê-lo, entretanto, 30 (trinta) minutos
555 após, em segunda convocação, com número de presentes não inferior a 1/3 (um terço)
556 de seus membros.
557 § 2º Não havendo quórum em segunda convocação, deverá ser convocada uma nova
558 reunião dentro de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas e, mesmo assim, não havendo
559 o quórum previsto no parágrafo anterior, se instalará, em segunda convocação, com
560 qualquer número de seus membros, 30 (trinta) minutos após.

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

561 § 3º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas sempre por maioria de votos
562 dos presentes.

563 §4º O Presidente do Conselho Deliberativo terá, somente, o direito a voto de qualidade.

564 § 5º Os membros do Conselho Deliberativo serão convocados pelo Secretário com uma
565 antecedência mínima de 3 (três) dias para as reuniões que se fizerem necessárias, por
566 meio de comunicação escrita, mediante protocolo, especificando a pauta dos trabalhos.

567 § 6º Os pareceres emitidos pelo Conselho Deliberativo, como condições para
568 apreciações, da matéria que os exijam, terão efeitos meramente elucidativos, cabendo
569 a Assembleia Geral, como órgão soberano da instituição, a decisão final, se dela for a
570 competência, ressalvando-se a competência do Conselho Superior para atos de
571 administração em que deva observar o parecer prévio do Conselho Deliberativo.

572 Art. 32º - Ao Presidente do Conselho Deliberativo, eleito pelos seus pares, com mandato
573 de 2 (dois) anos, compete:

574 I – Convocar e presidir as Reuniões do Conselho Deliberativo;

575 II – Votar, nas decisões do Conselho Deliberativo, quando ocorrer empate na votação;

576 III – Assinar relatórios, pareceres, ofícios e demais papeis oriundos de atos e decisões
577 tomadas pelo conselho, em situações previstas neste.

578 IV – Abrir rubricar e encerrar os livros de atas do Conselho Deliberativo.

579 Art. 33º - Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente do Conselho Deliberativo
580 em suas ausências ou impedimentos.

581 Art. 34º - Compete ao Secretário:

582 I - Secretariar os trabalhos das reuniões do conselho Deliberativo, lavrando as
583 respectivas atas, em livros próprios;

584 II - Fazer todos os expedientes do Conselho Deliberativo, redigindo, notificações, avisos,
585 ofícios e demais termos determinados pelo Presidente ou baixados pelo Conselho;

586 III - Organizar os serviços da secretaria do conselho Deliberativo, zelando e mantendo
587 em ordem e arquivando documentos, livros e demais papeis relativos ao expediente do
588 conselho.

589 Art. 35º - Os membros do Conselho Deliberativo deverão registrar suas reuniões em livro
590 próprio.

591 Seção IV

592 Do Conselho Fiscal

593 Art. 36º - O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador da gestão financeira do Conselho
594 Superior, composto de 03 (três) membros, com mandato de 02 (dois) anos com direito
595 a duas reeleições sucessivas, compete:

596 I - Examinar, mensalmente a documentação contábil sobre o movimento financeiro da
597 Instituição e os balancetes, opinando sobre os mesmos;

598 II - Verificar a contabilidades da instituição e do Unidade hospitalar a que vier ser
599 mantenedora, fazendo recomendações ao Conselho Superior a respeito de faltas e
600 irregularidades encontradas;

601 III - Emitir parecer escrito, sobre balanço encerrado no final de cada exercício para levar
602 à Assembleia Geral;

603 IV - Solicitar ao Presidente a convocação de assembleia Geral Extraordinária, sempre
604 que a seu juízo, ocorrerem motivos graves ou urgentes.

605 Parágrafo Único - Excepcionalmente, quando não atendido pelo Presidente, o Conselho
606 Fiscal poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária.



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

607 Art. 37º - O Conselho Fiscal poderá contratar profissional competente para assessorá-lo
608 eventualmente em suas necessidades diante da complexidade do caso, às expensas da
609 PRÓ - VITTA.

610 Art. 38º - Ao Presidente do Conselho Fiscal, eleito entre seus pares, compete:

611 I - Escolher o Secretário do Conselho Fiscal;

612 II - Convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal.

613 Art. 39º - Conselho Fiscal se reunirá ao menos uma vez por semestre, ou sempre que
614 necessário, devendo ser lavrada a correspondente ata, em livro próprio.

615 Art. 40º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de voto.

616 Art. 41º - As vagas, em qualquer tempo, se verificarem no Conselho Fiscal, serão
617 preenchidas pelos suplentes em ordem de votação.

618 Parágrafo Único - Persistindo vagas estas serão preenchidas por nova eleição,
619 cumprindo ao Presidente convocar imediatamente a Assembleia Geral.

620 CAPÍTULO IV

621 Do Corpo Clínico

622 Art.42º - Ao Corpo Clínico da PRÓ - VITTA, formado pelos médicos em regime de
623 autônomo ou de pessoa jurídica, que nele trabalham ou atuam, aceitos de acordo com
624 regimento próprio, aprovado pelo Conselho Superior, competente:

625 I - Prestar a melhor assistência integral possível a todos os pacientes internados,
626 ambulatoriais, de emergência, conveniados, pagantes ou gratuitos, de acordo com o
627 Código Brasileiro de Ética Médica e o Regulamento do Unidade hospitalar a que vier ser
628 mantenedora;

629 II - Manter plantão médico, nas Unidades hospitalares a que vier ser mantenedora, que
630 possibilite a assistência ao paciente, nas vinte e quatro horas do dia, de forma imediata;

631 III - Colaborar na integração da equipe de saúde, no atendimento ao paciente;

632 IV - Incentivar o aperfeiçoamento e a atualização constante dos seus membros;

633 V - Instituir e estimular, sempre que possível, a pesquisa médica;

634 VI - Contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões científicos, profissionais e éticos da
635 medicina;

636 VII - Manter bom relacionamento com as entidades de classe e com a PRÓ - VITTA;

637 VIII - Zelar para que seja observado o Código de Brasileiro de Ética Médica;

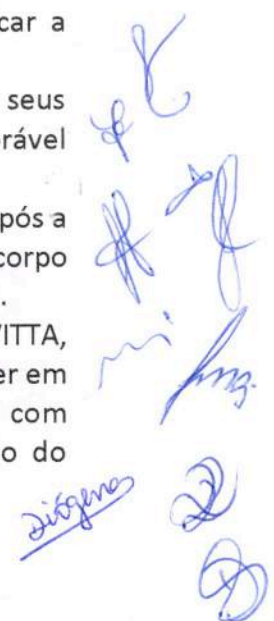
638 IX - Colaborar com a administração da unidade hospitalar a que vier ser mantenedora,
639 nos programas de manutenção e desenvolvimento dos altos padrões assistenciais e do
640 relacionamento com outras entidades afins;

641 X - Exercer, dentro da filosofia da Instituição, atividades filantrópicas e praticar a
642 caridade, na área de saúde.

643 Art. 43º- O Corpo Clínico terá um regimento próprio aprovado pela maioria de seus
644 membros e pelo Conselho Técnico Médico, e só entrará em vigor após parecer favorável
645 do Conselho Deliberativo e aprovação do Conselho Superior.

646 Art. 44º- Uma vez efetivada a regionalização da PRÓ - VITTA que deverá ocorrer após a
647 ampliação de sua capacidade de atendimento médico hospitalar, abrir-se-á o corpo
648 clínico aos demais médicos, com preferência aos residentes em território nacional.

649 Art. 45º- Fica expressamente vedado aos membros do Corpo Clínico da PRÓ - VITTA,
650 encaminhar pacientes internados na Instituição, para clínicas particulares, a não ser em
651 casos urgentes e necessários, previamente autorizado pelo Diretor Clínico, com
652 posterior comunicação do fato ao Presidente da instituição, ou por solicitação do
653 paciente e/ou de seus responsáveis.



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

654 Parágrafo Único - Os membros do Corpo Clínico que desatenderem a disposição dos
655 parágrafos anteriores serão sumariamente afastados da PRÓ - VITTA, pelo Conselho
656 Superior, com a consequente comunicação do fato no Conselho Regional de Medicina,
657 a critérios do Conselho Superior.

658 Art. 46º- O Diretor Clínico e o Vice-Diretor Clínico serão escolhidos e nomeados
659 bianalmente pelo Conselho Superior, a partir de lista tríplices apresentadas pelo Corpo
660 Clínico.

661 § 1º A gestão da diretoria clínica coincidirá com a do Conselho Superior.

662 § 2º As listas tríplices referidas neste artigo serão elaboradas exclusivamente em ordem
663 alfabética sem indicação do número de votos e encaminhada ao Presidente, até no
664 máximo 30 (trinta) dias após a eleição do Conselho Superior.

665 § 3º Caso não seja aceito nenhum dos indicados na lista tríplice, o Corpo Clínico deverá
666 apresentar novas listas tríplices no prazo de 10 (dez) dias.

667 § 4º Caso o prazo não seja cumprido, o Conselho Superior nomeará o Diretor Clínico.

668 Art. 47º - Para ingressar no Corpo Clínico, o médico candidato deverá requerer sua
669 inscrição ao Presidente da PRÓ - VITTA, anexando os documentos exigidos pelo CRM/PR
670 e outros exigidos pelo regulamento das unidades hospitalares a que vier ser
671 mantenedora e regimento do corpo clínico.

672 CAPÍTULO V

673 Da Organização Administrativa das Unidades Hospitalares a que vier ser a PRÓ - VITTA
674 mantenedora

675 Art. 48º - Os Hospitais parceiros da PRÓ - VITTA obedecerão a um regulamento próprio,
676 que deverá ser aprovado pelo Conselho Superior, explicando, complementando e
677 detalhando este Estatuto, definindo estrutura organizacional, bem como, as
678 competências de seus cargos administrativos.

679 Art. 49º - O Diretor Administrativo e o Diretor Clínico, admitidos e nomeados de acordo
680 com este Estatuto, são os agentes executivos e representantes do Conselho Superior,
681 cabendo-lhes, cada um em sua área, a administração direta das unidades hospitalares a
682 que vier ser a PRÓ - VITTA a mantenedora.

683 § 1º A escolha do Diretor Administrativo deverá observar, sempre que possível, a
684 formação do candidato e minimamente ter graduação de nível superior completo, com
685 especialização em Gestão de Serviços em Saúde, e experiência comprovada em
686 Administração em Serviços de Saúde Públicos e /ou Privados.

687 § 2º O Diretor Administrativo será auxiliado por Gerentes, de acordo com a necessidade
688 e conforme estrutura organizacional definida e aprovada pelo Conselho Superior, parte
689 integrante do regulamento próprio.

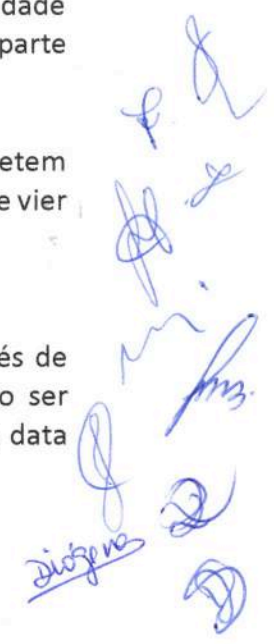
690 § 3º O Diretor Administrativo não poderá acumular cargo de Diretor Clínico.

691 § 4º. Ao Diretor Administrativo e ao Diretor Clínico, previstos neste Estatuto, competem
692 as atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento da unidade hospitalar a que vier
693 ser a PRÓ - VITTA o mantenedor.

694 CAPÍTULO VI

695 Das Eleições

696 Art. 50º - A eleição do Conselho Superior e do Conselho Fiscal será feita através de
697 chapas, com a concordância expressa de todos os seus componentes, devendo ser
698 registrada na sede da Instituição com antecedência mínima de 08 (oito) dias da data
699 prevista para as eleições.



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

700 § 1º O pedido de registro das chapas será apresentado em três vias, assinado por todos
701 os seus componentes, servindo a primeira via para os arquivos da instituição, a segunda
702 para ser afixada em local visível na sede da Instituição, e a terceira via devolvida ao
703 interessado, depois de protocolado o seu recebimento.

704 § 2º Verificada qualquer irregularidade no pedido de registro da chapa, o responsável
705 pelo registro será cientificado pelo Presidente do Conselho Superior para sanar o defeito
706 no prazo que lhe for assinado, sob pena de indeferimento.

707 § 3º As impugnações ao registro das chapas serão formuladas por escrito, até às 17
708 (dezessete) horas do dia anterior às eleições, as quais serão apreciadas pela Assembleia
709 Geral Ordinária antes do início da votação.

710 Art. 51º – As eleições do Conselho Superior e do Conselho Fiscal realizar-se-ão,
711 bianualmente, em Assembleia Geral, no mês de março dos anos pares.

712 § 1º A Assembleia será presidida pelo Presidente do Conselho Superior em exercício,
713 funcionando com Secretário “ad hoc” um Sócio em pleno gozo de seus direitos
714 estatutários, escolhido pelo Presidente dentre os presentes na Assembleia.

715 § 2º A votação se fará por cédulas, em escrutínio secreto por sufrágio dos sócios com
716 direito de voto, presentes à Assembleia Geral, não se admitindo a representação por
717 mandato.

718 Art. 52º - Terminada a votação, proceder-se-á à abertura da urna, contagem verificação
719 das cédulas e apuração dos votos.

720 § 1º Serão considerados eleitos os candidatos mais votados

721 § 2º Em caso de empate será considerado eleito o sócio mais antigo, decidido por
722 sorteio, caso tiverem sido aceitos sócios na mesma data.

723 § 3º Após completar o número de membros do Conselho Superior e do Conselho Fiscal,
724 previsto neste estatuto, os demais candidatos serão considerados suplentes, na ordem
725 de votação.

726 Art. 53º - Terminada a apuração, o Presidente da assembleia proclamará os nomes dos
727 eleitos e os empossará imediatamente, mediante o compromisso de bem e fielmente
728 cumprirem todas as disposições deste Estatuto e do Regulamento da unidade hospitalar
729 a que vier ser mantenedora.

730 § 1º O sócio eleito que estiver presente será empossado em dia previamente designado
731 pelo Presidente, dentro do primeiro mês que se seguir à sua eleição.

732 § 2º Se algum dos eleitos não puder, por qualquer motivo justo, aceitar o cargo, será
733 proclamado eleito e dada posse ao candidato imediato em votos.

734 Art. 54º - O mandato dos membros do Conselho Superior e do Conselho Fiscal será de
735 02 (dois) anos, podendo os membros serem reeleitos.

736 Parágrafo Único – O mandato de todos os Conselheiros terá início no mês de novembro.

737 CAPITULO VII

738 Do Patrimônio e Sua Manutenção

739 Art. 55º - O patrimônio da PRÓ - VITTA Constitui-se de:

740 I - Bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir;

741 II - Legados, doações e heranças que lhe forem destinados;

742 III - Títulos de créditos diversos, obtidos por qualquer meio de direito;

743 IV - Outros bens e direitos que a ele venham a ser incorporados.

744 Art. 56º - A manutenção da PRÓ - VITTA Far-se-á de:

745 I - Rendas provenientes dos serviços que vier a prestar;

746 II - Subvenções;



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

747 III - Recursos oriundos de convênios, contratos e outros compromissos;
748 IV - Contribuições dos sócios efetivos;
749 V - Doações dos sócios beneméritos;
750 VI - Exploração de suas propriedades imobiliárias e aluguéis;
751 VII - Recursos provenientes de festivais, campanhas e outros eventos promocionais;
752 VIII - Outras doações de qualquer natureza.
753 Art. 57º - A PRÓ - VITTA, aplicará integralmente o eventual resultado operacional na
754 manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando de
755 acordo com a legislação específica em vigor, relatório circunstanciado de suas
756 atividades.
757 Art. 58º - A PRÓ - VITTA, aplicará suas rendas e recursos integralmente no território
758 nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e não
759 distribuirá lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio,
760 sob nenhuma forma ou pretexto.
761 Art. 59º - Todos os bens patrimoniais pertencentes à PRÓ - VITTA serão
762 obrigatoriamente registrados e matriculados em seu nome.
763 Parágrafo Único – Os bens móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, ou seja, o
764 Ativo Imobilizado, deverão ser cadastrados e etiquetados com o nome da Instituição.
765 Art. 60º - A PRÓ - VITTA manterá livro diário, com escrituração contábil de suas receitas
766 e despesas, de acordo com a Legislação Específica, em vigor.
767 Art. 61º - A Instituição somente poderá ser dissolvida por aprovação de 2/3 (dois terços),
768 no mínimo, da totalidade dos sócios efetivos, com direito a voto em Assembleia Geral
769 Extraordinária, especificamente convocada para esse fim.
770 Parágrafo Único – Extinta a Instituição, nos termos do artigo deste Estatuto, seu
771 patrimônio social líquido, respeitados os direitos de terceiros e as doações condicionais,
772 serão destinados a outra entidade congênere, pública ou privada, de idêntica finalidade
773 nos termos previstos no inciso II do art. 3º da Lei nº 12.101/2009 registrada no Conselho
774 Nacional de Assistência Social (CNAS), sediada no Estado do Paraná, indicada por
775 deliberação da mesma assembleia que a dissolveu.
776 CAPITULO VIII
777 Das Disposições Gerais
778 Art. 62º - A critério do Conselho Superior, a entidade poderá filiar-se a entidades
779 nacionais ou estrangeiras, resguardada a sua personalidade, autonomia e atuação, bem
780 como, os direitos e obrigações dos seus sócios.
781 Art. 63º – Perderá o mandato, automaticamente, a critério do Conselho Superior, o
782 Conselheiro ou Membro que sem justificativa aceita pelo Conselho Superior, deixar de
783 comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas, no respectivo órgão da administração, ou
784 proceder de forma absolutamente incompatível com os elevados interesses da
785 Instituição.
786 Parágrafo Único – Os cargos, em razão deste artigo, serão providos pelo Conselho
787 Superior, na forma deste Estatuto.
788 Art. 64º - Fica outorgado o Título de Sócio Honorário “post mortem” aos Sócios
789 fundadores da PRÓ - VITTA, bem como, aos sócios que exerceram a função de
790 presidente da Instituição, desde a sua fundação.
791 Art. 65º – O ano financeiro da Instituição será contado de 1º de janeiro a 31 de
792 dezembro.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Siciliano" and "mg."]

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

Art. 66º – Embora terminado o mandato, o Conselho Superior continuará o exercício de suas funções, até a posse de seus sucessores.

Art. 67º - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Superior “ad referendum” da Assembleia Geral.

Art. 68º – O presente Estatuto que vai assinado pelos membros do Conselho Superior, afim de ser registrado, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, entrando imediatamente em vigor, após seu registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, na forma da Lei, ficando o atual Conselho Superior autorizado a tomar providencias indispensáveis para a sua legalização e publicação.

Clevelândia, 10 de março de 2022.

Estatuto Elaborado por:

Carlos Alexandre Lorga

Advogado – OAB/PR nº 31.119

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 18:45 horas, cuja Ata foi lavrada por mim, Diogenes Beatriz Falavigna.


Fernando Misato


Diogenes Beatriz Falavigna


Vilma Cleia Chechelski


Sônia Mara Cipriani Misato


José Moraes Zaleski Filho


Jessica Harumi Dallagrana Salva


Jacqueline Chechelski Andrade

2º TABELA

2º TABELA

2º TABELA

2º TABELA

2º TABELA

2º TABELA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Bel. Ricardo Luis de Melo Souza

Tabellão Designado

Bel. Adriana Joaquim Fadel

Substituta

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CURITIBA

Rua Marechal Deodoro, 847 - CEP 80060-010 - Centro - Curitiba-PR

Fone: (41) 3222-6977 E-mail: 2tabelionatocuritiba@gmail.com

Reconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:

[5htqtHE0]-FERNANDO MISATO.....
[5htqs1V0]-VILMA CLÉIA CHECHELSKI.....
[5htqu3n0]-SONIA MARA CIPRIANI MISATO.....

Em testemunho _____ da verdade.

Curitiba, 24 de Março de 2022

JUCÉLIA MARCINICHEN - ESCRIVENTE

SELO DIGITAL: F374X.2Zqy.Yrs.FVMXH.MUDV

Consulte esse selo em "<http://horus.funarpn.com.br/consulta>"



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Bel. Ricardo Luis de Melo Souza

Tabellão Designado

Bel. Adriana Joaquim Fadel

Substituta

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CURITIBA

Rua Marechal Deodoro, 847 - CEP 80060-010 - Centro - Curitiba-PR

Fone: (41) 3222-6977 E-mail: 2tabelionatocuritiba@gmail.com

Reconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:

[5htqu3q0]-JESSICA HARUMI DALLAGRANA SALVA.....
[5htqu9a0]-JACQUELINE CHECHELSKI ANDRADE.....

Em testemunho _____ da verdade.

Curitiba, 24 de Março de 2022

JUCÉLIA MARCINICHEN - ESCRIVENTE

SELO DIGITAL: F374X.2Zqy.YA4-JVn9.MUD9

Consulte esse selo em "<http://horus.funarpn.com.br/consulta>"



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Bel. Ricardo Luis de Melo Souza

Tabellão Designado

Bel. Adriana Joaquim Fadel

Substituta

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CURITIBA

Rua Marechal Deodoro, 847 - CEP 80060-010 - Centro - Curitiba-PR

Fone: (41) 3222-6977 E-mail: 2tabelionatocuritiba@gmail.com

Reconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:

[5htqDQL1]-JOSE MORAES ZALESKI FILHO.....

Em testemunho _____ da verdade.

Curitiba, 24 de Março de 2022

JUCÉLIA MARCINICHEN - ESCRIVENTE

SELO DIGITAL: F374X.2Zqy.Yrs.JVn5.MUDb

Consulte esse selo em "<http://horus.funarpn.com.br/consulta>"



34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

840
841
842
843
844
845
846
847
848

Julia Marcele Cruzetta

Daiane Scorsin

Daiane Scorsin

Luciane Pereira



ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2022.
ASSOCIAÇÃO CLEVELÂNDIA
PRO SAÚDE

CNPJ/MF: 25.066.410/0001-66



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CURITIBA
Rua Marechal Deodoro, 847 - CEP 80060-010 - Centro - Curitiba-PR
Fone: (41) 3222-6977 E-mail: 2tabelionatocuritiba@gmail.com

Bel. Ricardo Luis de Melo Souza
Tabelião Designado
Bel. Adriana Joaquim Fadel
Substituta

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:

[5htqu9c0]-JULIA MARCELE CRUZZETTA.....
[5htqu9g0]-DAIANE SCORSIN.....
[5htqu9b0]-LUCIANE PERERIA.....

Em testemunho _____ da verdade.
Curitiba, 24 de Março de 2022

JUCILIA MARCINICHEN - ESCRIVENTE
SELO DIGITAL F374X.2Zqy.jYsI-JVHXE.MUDV
Consulte esse selo em: <http://horiz.funarpem.com.br/consulta>



2

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Comarca de Clevelândia-PR
Rua Dr. Francisco Beltrão, 372, Sala 2 - Centro
Fone: 46 3252-3600

E-mail: cartorioclevelandia@gmail.com

SELO Nº F298MnHqdoFDG35ZpZ4tDaLRY

Consulte em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>

Apresentado hoje às 09:00 - 11:00

Protocolo Livro nº 04 - Fls. 061.

Sob nº 20.637 de ordem.

Registro Livro A-020 - Fls. 248/266

Sob nº 1.541 de ordem.



Clevelândia-PR, 31 de março de 2022.

Alaides Rey do Amaral
Alaides Rey do Amaral
Registradora Interina

34.099.784/0001-79

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina do
Registro Civil das Pessoas Naturais
Registro de Títulos, Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca de Clevelândia/PR

ALAIDES REY DO AMARAL

Registradora Interina